

TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT

Termo de Referência 22/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2026	70022-TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL /MT	VALMIR NASCIMENTO MILOMEM SANTOS	09/04/2026 10:53 (v 0.7)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	17/2026	02738.2025-7

1. Do Objeto

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, apresentamos o presente Termo de Referência para subsidiar a Administração no credenciamento de pessoas jurídicas e/ou físicas para prestação de serviços na área de Fisioterapia do Trabalho, para a Justiça Eleitoral do Estado de Mato Grosso, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. O Credenciamento de pessoas jurídicas e/ou físicas para a prestação de serviços profissionais na área de Fisioterapia do Trabalho no âmbito do TRE-MT, nas atividades devidamente detalhadas no presente instrumento, a serem prestadas nas dependências das unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Sede e Cartórios Eleitorais de Cuiabá e Várzea Grande ou em outro local no limite desses municípios, e possivelmente via teleatendimento aos servidores lotados nas Zonas Eleitorais do interior do Estado de Mato Grosso, onde as sessões online serão realizadas pelo(a) credenciado(a), conforme a necessidade identificada pela Credenciante e legislação vigente.

Descrição	Quantitativo mensal	estimado	Total estimado anual
Sessões de Ginástica Laboral	224		2.240
Análise Ergonômica (NR-17)	Conforme demanda (até 02 HT/servidor)		Conforme demanda (até 02 HT/servidor)

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Necessidade de credenciamento de profissional para a consecução das atividades inerentes à Fisioterapia do Trabalho imprescindíveis à complementação dos trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria de Assistência à Saúde

do TRE/MT, especialmente em razão do resultado de exames periódicos dos servidores da sede e dos servidores dos cartórios apresentaram queixas ortopédicas, os quais demonstram a necessidade de intervenção da unidade de assistência médica.

2.2. O TRE/MT não dispõe, em seu quadro funcional, de pessoal, cujas atribuições de seus cargos sejam as especificadas neste Termos de Referência, portanto, perfeitamente justificável o presente Credenciamento em face da necessidade dos trabalhos advindos com o profissional da Fisioterapia do Trabalho, que atuará em ações de promoção da saúde, em atividades laborais, em ações de ergonomia e demais ações referentes à Saúde do Trabalhador.

2.3. A Ginástica Laboral consiste na realização de exercícios posturais, de alongamento e relaxamento no ambiente de trabalho, direcionados ao aumento da disposição, a prevenção de lesões e doenças ocupacionais, a minimização do sedentarismo, e a redução dos níveis de estresse e tensão.

2.4. O artigo 6º da Resolução CNJ nº 207/2015, que define a Política de Atenção Integral a Saúde dos servidores do Poder Judiciário, estabelece que é atribuição das unidades de saúde dos Tribunais proceder a análise ergonômica dos ambientes, dos processos e das condições de trabalho.

2.5. O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso 2022-2026, inclui ações de qualidade de vida no ambiente de Trabalho.

2.6. Este credenciamento de fisioterapeutas está alinhado ao Objetivo Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, qual seja, viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo, de forma a garantir a saúde laboral da força de trabalho.

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**.

3. DA FINALIDADE

3.1. O credenciamento visa a prestação de serviço em Fisioterapia do Trabalho de qualidade, compatível com a demanda dos usuários, o acompanhamento e avaliação das atividades laborais de modo a prevenir possível agravos a saúde do trabalhador do TRE/MT.

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços/atividades a serem prestados estão discriminados no anexo I-A deste Termo de Referência.

5. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A prestação dos serviços terá início a partir da conclusão do processo de credenciamento, previsto para 01/06 /2026.

6. REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

6.1. Poderão participar do presente credenciamento:

a) Pessoas Físicas: profissionais bacharéis em Fisioterapia, com diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e registro ativo no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO).

b) Pessoas Jurídicas: regularmente constituídas, que atuem na prestação de serviços de fisioterapia, possuam registro próprio no CREFITO e indiquem profissional(is) que atendam integralmente aos requisitos técnicos deste instrumento.

c) Experiência Profissional: comprovação de, no mínimo, **02 (dois) anos de efetivo exercício** na atividade profissional, seja por meio de atestados de capacidade técnica, CTPS ou outros meios admitidos na Seção de Qualificação Técnica.

d) Idade e Idoneidade: idade mínima de 18 (dezoito) anos para o profissional executor e ausência de antecedentes criminais, comprovada por certidões negativas das Justiças Estadual e Federal.

e) Territorialidade: residência (para pessoa física) ou sede/filial (para pessoa jurídica) estabelecida em **Cuiabá ou Várzea Grande**.

f) Conformidade: atendimento integral a todas as condições, prazos e exigências documentais estabelecidas neste Projeto Básico e no respectivo Edital de Chamamento.

7. DA INSCRIÇÃO

7.1. As inscrições para a habilitação serão realizadas, a partir da publicação do Edital de Credenciamento, no Oficial da União, em jornal de grande circulação local, no 'site' do TRE/MT e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, até o final do prazo de vigência previsto no item 13, diretamente no setor de protocolo deste Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, situado à Av. Hist. Rubens de Mendonça, nº 4750, Centro Político Administrativo, no horário das 07:30 às 13:00 horas, onde será protocolizada toda a documentação para a habilitação solicitada, ou pelo e-mail **protocolo@tre-mt.jus.br**, em formato PDF, os seguintes documentos:

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. O interessado deverá preencher o Requerimento de Credenciamento, com letra legível, conforme modelo constante do Anexo I-B deste Termos de Referência e apresentar os seguintes documentos:

8.2. As pessoas físicas deverão apresentar os seguintes documentos:

- a. Cópia da Carteira de Identidade e CPF, ou documento oficial equivalente a ambos.
- b. Cópia da inscrição de contribuinte como profissional autônomo ou inscrição no Regime de Previdência Social – INSS.
- c. Prova de regularidade trabalhista (inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943).
- d. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal.
- e. Certidões negativas criminais expedidas pelas Justiças Estadual e Federal.
- f. Cópia do diploma ou documento comprobatório de graduação em Fisioterapia.
- g. Certidão de quitação de anuidade e de que o profissional não responde a processo disciplinar expedida pelo CREFITO.
- h. Declaração de Parentesco, Anexo II;
- i. Declaração de que tem conhecimento e concorda com as regras estabelecidas na Portaria TRE-MT, Anexo III;
- j. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, Anexo IV;
- k. Dados bancários (banco, agência e conta corrente).
- l. Comprovante de residência ou sede em Cuiabá ou Várzea Grande
- m. Curriculum vitae demonstrando formação, conhecimento e experiência de trabalho na área vinculada ao objeto.

8.3. As pessoas jurídicas deverão apresentar os seguintes documentos:

- a. Declaração do Conselho Regional de Fisioterapia (CREFITO), atestando a regularidade da empresa para execução dos serviços.
- b. Cópia do ato de registro comercial no caso de empresa individual.
- c. Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.
- d. Cópia da inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos documentos relativos à eleição dos administradores ou composição da diretoria.
- e. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF.
- f. Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos federais e Dívida Ativa da União, emitida pelo INSS/RFB.
- g. Certidão de regularidade do FGTS, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal.
- h. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.
- i. Certidão Negativa e Débitos Trabalhistas (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho.
- j. Declaração de Parentesco, Anexo II;
- k. Declaração de que tem conhecimento e concorda com as regras estabelecidas na Portaria TRE-MT, Anexo III;
- l. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, Anexo IV;
- m. Relação do quadro de profissionais, devidamente habilitados como Fisioterapeutas.
- n. Comprovante de sede em Cuiabá ou Várzea Grande
- o. Dados bancários (banco, agência e conta corrente).

8.4. A análise da documentação recebida será processada pela Coordenadoria de Assistência à Saúde – CAS, por meio da Seção de Atenção à Saúde, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento do pedido.

8.5. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.

8.6. Ocorrendo qualquer inconsistência na documentação apresentada, a Seção de Atenção à Saúde notificará a pessoa jurídica e/ou física para que no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, realize as correções de irregularidades apontadas, sob pena de não o fazendo, ter o seu credenciamento indeferido.

8.7. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem às condições/exigências neste Termo de referência e no edital.

8.8. O/A CREDENCIADO/A deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência do Termo de Adesão ao Credenciamento, observada a obrigatoriedade de atualização das informações cadastrais.

8.9. Na hipótese de descumprimento do item acima, a CREDENCIANTE notificará o/a CREDENCIADO/A para, no prazo de até 60 (sessenta) dias, restaurar as condições de habilitação.

8.10. O TRE/MT não se responsabiliza por documentação enviada via postal ou entregue em outras unidades que não a especificada no item 7.1 deste instrumento.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1. Serão credenciados **todos** os profissionais que comprovarem a habilitação exigida neste Termo de Referência e no edital. A classificação terá como base a habilitação do interessado e a data e hora do protocolo do requerimento de credenciamento.

9.2. A divulgação dos nomes dos credenciados será feita através do Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, e no site do TRE-MT no endereço: www.tre-mt.jus.br,

9.3. Após a publicação do ato de credenciamento, os candidatos habilitados terão **o prazo de 05 (cinco) dias úteis** para se apresentarem neste Tribunal e assinar o Termo de Credenciamento.

9.4. A assinatura do Termo de Credenciamento implica a aceitação integral das regras contidas neste Projeto Básico.

9.5. O credenciamento não obriga o TRE/MT a convocar o profissional para a execução das atividades, as quais serão realizadas de acordo com a necessidade apontada pela Coordenadoria de Assistência à Saúde – CAS, e respeitada a ordem de classificação dos interessados habilitados.

10. DO PROCESSO SELETIVO E DA ORDEM DE CHAMAMENTO

10.1. A convocação dos credenciados (pessoas físicas ou jurídicas) para a prestação dos serviços será procedida de forma rotativa, por ordem de classificação baseada estritamente na data e hora do protocolo do requerimento de habilitação.

10.2. Sistemática de Rodízio:

- 10.2.1. **Atividades Pontuais:** Para serviços de demanda específica (ex: análises ergonômicas, laudos ou pareceres), o credenciado que receber a solicitação passará imediatamente para o final da "fila" de classificação após a conclusão do serviço.
- 10.2.2. **Atividades Contínuas (Ginástica Laboral):** Visando garantir o vínculo com os servidores e a eficácia dos resultados preventivos, a designação de um credenciado para as turmas de ginástica laboral será realizada para um ciclo de até 06 (seis) meses. Ao término deste ciclo, o credenciado passará para o final da ordem de classificação para permitir a rotatividade.

10.3. Qualquer novo credenciado habilitado durante a vigência do edital será inserido como o último na ordem de classificação atualizada no momento de sua habilitação definitiva.

10.4. No caso de empate no momento do protocolo, será adotado como critério de desempate a maior idade do interessado (pessoa física) ou do responsável técnico indicado (pessoa jurídica).

10.5. Os interessados declaram ter pleno conhecimento dos termos do edital, das condições gerais e das peculiaridades do ambiente de trabalho do TRE-MT (Sede e Cartórios), não podendo invocar desconhecimento como elemento impeditivo para a execução das atividades.

10.6. O credenciamento não obriga o Tribunal à convocação do profissional, ficando a execução condicionada à real necessidade apontada pela Coordenadoria de Assistência à Saúde (CAS) e à disponibilidade orçamentária.

11. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

11.1. O interessado poderá interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da publicação das decisões tomadas na fase de habilitação.

11.2. Os recursos apresentados contra a decisão que homologar o resultado do processo seletivo, estando devidamente fundamentados e protocolizados no prazo de 03 (três) dias de sua publicação no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, serão preliminarmente apreciados pela Secretaria de Gestão de Pessoas, que oferecerá subsídios à decisão a ser proferida pela Diretoria-Geral do TRE/MT.

12. DA EXECUÇÃO

12.1. A convocação dos credenciados será realizada pela Coordenadoria de Assistência à Saúde conforme a necessidade do Tribunal, observada estritamente a ordem de classificação resultante da data e hora do protocolo de habilitação.

- 12.1.1. Havendo demanda que exija múltiplos profissionais, o Tribunal poderá convocar dois ou mais credenciados concomitantemente, respeitando-se a distribuição alternada das atividades entre os habilitados na fila.

12.2. Em casos de reavaliação de servidores, pareceres técnicos complexos ou continuidade de processos fisioterapêuticos específicos, serão convocados, preferencialmente, os mesmos profissionais que já tenham atuado anteriormente, visando garantir a eficácia do acompanhamento clínico e o vínculo terapêutico.

12.3. As sessões de ginástica laboral serão realizadas 02 (duas) vezes por semana, com duração de 15 minutos cada, para grupos de no máximo 15 servidores.

12.4. Os serviços incluem exercícios posturais, de alongamento e relaxamento, além de análise ergonômica dos postos de trabalho em conformidade com a NR-17.

12.5. As atividades presenciais deverão ser executadas na Sede do TRE-MT, nos Cartórios Eleitorais de Cuiabá e Várzea Grande ou em outros locais definidos pela Administração nestes municípios.

- 12.5.1. As sessões de teleatendimento destinadas aos servidores do interior serão realizadas a partir da unidade de saúde do TRE-MT, utilizando a infraestrutura tecnológica (computador e conexão) disponibilizada pela contratante, ou em outro local, com a autorização da Coordenadoria de Assistência à Saúde.

12.6. O credenciamento não gera garantia de volume de trabalho ou faturamento mínimo, uma vez que as convocações dependem da demanda variável da CAS, das queixas ortopédicas detectadas em exames periódicos e da disponibilidade orçamentária do Tribunal.

12.7. Os credenciados deverão entregar à CAS o relatório mensal de participação (para ginástica laboral) e os laudos ou pareceres técnicos individuais (para ergonomia e diagnósticos) no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a execução ou solicitação.

- 12.7.1. A responsabilidade técnica, civil e ética pelos documentos emitidos é integral do credenciado (ou do profissional indicado pela pessoa jurídica), devendo observar as normas do COFFITO/CREFITO.

12.8. Para a perfeita execução dos serviços, o Credenciado deverá disponibilizar os materiais e equipamentos necessários, conforme as qualidades e condições a seguir estabelecidas:

- 12.8.1. Materiais para Prática de Exercícios: O credenciado deverá fornecer todos os materiais e utensílios utilizados nas sessões de ginástica laboral, tais como bastões, bolinhas de borracha/espuma, elásticos de resistência, entre outros acessórios similares necessários para as atividades de alongamento e relaxamento.
- 12.8.2. Equipamentos de Análise: Para a realização das análises ergonômicas nos postos de trabalho, o credenciado deverá utilizar recursos próprios para a captura de imagens (câmera fotográfica ou smartphone), a fim de quantificar e ilustrar as inconformidades observadas nos laudos técnicos.
- 12.8.3. Manutenção e Substituição: Todos os materiais fornecidos pelo credenciado devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação, devendo ser substituídos imediatamente sempre que apresentarem desgaste que comprometa a segurança ou a eficácia da atividade.
- 12.8.4. Infraestrutura Disponibilizada pelo Tribunal:
 - O TRE-MT fornecerá o espaço físico adequado para a realização das atividades presenciais.
 - Para as sessões de teleatendimento realizadas na unidade de saúde do Tribunal, será disponibilizado o computador com acesso à internet necessário para a transmissão.

13. DA VIGÊNCIA

13.1. O Credenciamento terá vigência de 2 (dois) anos, consoante o previsto no art. 21, da Portaria nº 255 de 02/09/2016, admitindo-se apenas uma única prorrogação automática, por igual período.

14. DA REMUNERAÇÃO

14.1. A remuneração corresponderá a 100% (cem por cento) do valor referencial por atividade e/ou hora técnica, descritas no ANEXO I-A, observado o disposto no Referencial Brasileiro de Procedimentos Fisioterapêuticos (RBPF), atualizado pela Resolução COFFITO nº 618/2025, e suas alterações.

14.2. O valor do Coeficiente de Valoração (CV) para o exercício de 2026 é fixado em R\$ 0,91 (noventa e um centavos), base de cálculo do valor referencial, o qual já contempla a atualização de 7,23% referente ao índice IPC /FIPE – Setor Saúde acumulado. O valor do CV será atualizado anualmente seguindo a variação do referido índice ou outro que o substitua.

14.3. O quantitativo de hora técnica será estipulado, em cada caso, pelo servidor responsável pela CAS, observando-se rigorosamente o limite fixado no Anexo I-A para cada tipo de intervenção (ex: máximo de 03 horas técnicas mensais por turma de ginástica laboral).

14.4. Todos os tributos, encargos sociais, ônus trabalhistas e previdenciários ou outro de quaisquer naturezas estão inclusos neste preço, não cabendo ao profissional nada mais pleitear a este TRE/MT, posto que tal preço será considerado líquido e certo, após concluídas todas as atividades inerentes à atividade requerida e efetuada nos termos deste Termo de Referência.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Até o quinto dia útil do mês seguinte, a Coordenadoria de Assistência à Saúde – CAS encaminhará a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TRE-MT a certidão dos atos praticados no mês anterior, bem como a nota fiscal de prestação de serviço emitida pela Prefeitura Municipal, para fins de pagamento.

15.2. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da nota fiscal /fatura, em 2 (duas) vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada, pelo servidor responsável pela CAS, e discriminada de acordo com a Nota de Empenho.

15.3. O prazo para pagamento, referido no item anterior, será reduzido para até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da nota fiscal ou fatura, se o valor a ser pago não ultrapassar o limite para dispensa de licitação previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica de pagamentos para a categoria de serviços de que trata este credenciamento, conforme estabelecido no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. O TRE/MT só autorizará a realização dos pagamentos, se o necessário ATESTO, comprovando que os mesmos atendem todas as especificações exigidas no presente instrumento e do Edital.

15.6. Havendo penalidade de multa, o valor poderá ser deduzido do crédito a que o Credenciado venha a fazer jus, ou formalizado procedimento administrativo para inscrição em dívida ativa.

15.7. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Justiça Eleitoral de Mato Grosso – no Programa Serviços Técnicos profissionais (33390.39.05).

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

17.1. Demonstrar a sua qualificação para a execução dos serviços especializados, mediante os procedimentos administrativos de habilitação.

17.2. Comparecer, quando convocado, às reuniões em horário e local agendados pelo servidor responsável pela CAS/TRE/MT.

17.3. Executar os serviços na forma e prazos estipulados neste Projeto Básico.

17. 4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Projeto.

17.5. Manter, durante toda a execução do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

17.6. Dar ciência por escrito a este TRE/MT, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

17.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE/MT, atendendo prontamente às suas ponderações.

17.8. Comprovar anualmente a quitação da respectiva anuidade e outros encargos perante o Conselho Regional de Fisioterapia de Mato Grosso.

17.9. Não exigir do servidor/dependente/usuário a assinatura ou atestação de fatura ou ainda a assinatura de guia de atendimento em branco.

17.10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse do Tribunal ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.

17.11. Não atuar em causa em que tenha algum motivo de impedimento ou suspeição;

17.12. Cumprir com pontualidade as atividades e não se ausentar injustificadamente antes de seu término, nem deixar de atender as emergências.

17.13. Nos casos comprovados de interrupção das atividades profissionais em razão de caso fortuito ou força maior, superior a 07 (sete) dias corridos, será convocado outro profissional credenciado para temporariamente dar continuidade às atividades em execução.

17.14. Tratar todos com urbanidade e respeito;

17.15. Utilizar trajes compatíveis com o decoro judiciário na ocasião da prestação de serviços;

17.16. Apresentar prova do recolhimento das contribuições previdenciárias;

17.17. Manter controle das atividades desenvolvidas, apresentando relatório mensal dos atendimentos realizados;

17.18. Observar o cumprimento das normas previstas no Código de Ética Profissional de cada área de atuação;

17.19. Manter o cadastro de credenciamento sempre atualizado.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO TRE/MT

18.1. Convocar os Credenciados, conforme a necessidade e previamente, designando data e hora compatíveis com as atividades dos mesmos.

18.2. Efetuar o pagamento ao Credenciado, na forma e prazo fixado neste Termo de Referência.

18.3. Promover, por meio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao Credenciado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de sua competência.

4. Proporcionar ao Credenciado as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa bem desempenhar os seus serviços.
5. Notificar o Credenciado, por escrito, a respeito de advertência a ele dirigida ou quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços que lhe forem imputadas.
6. Comunicar, no ato da liquidação da despesa, aos órgãos incumbidos da arrecadação de tributos da União, Estado e Município, as características e os valores pagos ao CREDENCIADO, segundo o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320/64.
7. Fornecer espaço físico, transporte e diárias (se for o caso), necessários à realização dos trabalhos do Credenciado.
8. Proceder às retenções tributárias incidentes sobre os serviços prestados.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Durante a vigência do credenciamento, este será acompanhado e fiscalizado por servidor da CAS/TRE/MT, a ser designado posteriormente, devendo este:

- a) promover a avaliação e a fiscalização do objeto deste instrumento;
- b) atestar as notas fiscais, nos termos pactuados, para efeito de pagamento;
- c) emitir pareceres em todos os atos do TRE/MT relativos à execução do Termo de Credenciamento, solicitando à Diretoria-Geral, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas adequadas;
- d) documentar as ocorrências havidas em registro próprio. Após o recebimento da nota fiscal de serviço, o servidor fiscal do Credenciamento atestará a execução dos serviços contratados, certificando o seu fiel cumprimento, à vista das cláusulas contratuais.

20. DAS PENALIDADES

20.1. Fica fixado o percentual de 0,5 % (cinco décimos percentuais) a título de multa de mora por dia de atraso no cumprimento das obrigações ajustadas, incidentes sobre o valor empenhado, a incidir a partir do dia final do prazo para entrega dos laudos/relatórios, nos termos do art. 20 da Portaria TRE-MT nº 255 de 02/09/2016, e/ou para a execução da atividade.

20.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes do objeto ajustado, o Credenciado ficará sujeito ainda às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa em quantia correspondente a 20% (vinte por cento) do valor máximo fixado para cada procedimento, em caso de inexecução total, e de 10% (dez por cento), se o descumprimento for parcial;
- c) descredenciamento.

20.3. As penalidades previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a especificada na alínea “b”, independentemente da aplicação da multa de mora no subitem 20.1.

21. DA POSSIBILIDADE DE DENÚNCIA DO AJUSTE (DESCREDENCIAMENTO)

21.1. O credenciamento tem caráter precário, podendo o Credenciado ou a Administração denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas na Portaria TRE-MT nº 255/2016, neste Projeto Básico e na legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

21.2. O Credenciado que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 16 da Portaria TRE-MT nº 255/2016.

21.3. O não-cumprimento das disposições mencionadas neste Projeto Básico e Edital poderá acarretar o descredenciamento do credenciado, garantindo o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

21.4. Fica facultada a defesa prévia do credenciado, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação de descredenciamento.

21.5. Iniciado o procedimento de descredenciamento, o trabalho será repassado ao próximo credenciado, observada a ordem de classificação, ainda que esteja em andamento o processo de descredenciamento, inclusive na fase de apresentação de contraditório.

22. SUSTENTABILIDADE

22.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE-MT:

- 22.1.1. Sustentabilidade Social e Qualidade de Vida: A prestação dos serviços deve contribuir diretamente para o indicador de Qualidade de Vida do Plano de Logística Sustentável (PLS) 2021-2026, visando a promoção de um ambiente de trabalho seguro, saudável e produtivo.
- 22.1.2. Prevenção de Riscos Ocupacionais: As atividades de fisioterapia e ginástica laboral deverão focar na redução de riscos relacionados a doenças ocupacionais (LER/DORT) e na minimização de queixas ortopédicas, conforme detectado nos exames periódicos da instituição.
- 22.1.3. Materiais e Equipamentos: Os materiais fornecidos pelo credenciado para a execução das sessões (como bastões, bolinhas e elásticos) devem ser, preferencialmente, de material atóxico, durável e de baixo impacto ambiental, garantindo a segurança dos usuários e a redução na geração de resíduos.
- 22.1.4. Inclusão e Acessibilidade: As sessões de ginástica laboral e as orientações ergonômicas devem considerar a diversidade da força de trabalho, adaptando os exercícios para garantir a participação inclusiva de todos os servidores, inclusive aqueles com limitações temporárias ou permanentes de mobilidade.
- 22.1.5. Bem-estar Psicológico: A contratada deve promover ações que auxiliem no combate ao estresse e sintomas de ansiedade, favorecendo o relacionamento social e o trabalho em equipe dentro do ambiente institucional.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a este Credenciamento.

23.2. Para a prestação dos serviços, o termo de contrato poderá ser substituído por nota de empenho, que terá o presente projeto básico, edital e a Portaria TRE-MT nº 255/2016 como partes integrantes.

23.2.1 A falta de confirmação do recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o envio por este Tribunal, será interpretada como recusa de realização do trabalho, sujeitando o credenciado às penas previstas no Edital e ainda, o seu descredenciamento.

23.2.2. Os Credenciados deverão comparecer no TRE-MT e/ou iniciar a execução dos serviços imediatamente, e/ou entregar os relatórios mensal das atividades e laudo/parecer técnico individual solicitados, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis; a contar do recebimento da Nota de Empenho.

23.3. O presente credenciamento não gera qualquer tipo de vínculo empregatício.

23.4. As dúvidas e questionamentos poderão ser formuladas à Coordenadoria de Assistência Médica e Social, no horário das 07:30 às 13:30 h, na sede da Casa da Democracia – Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 4750 – Centro Político Administrativo – Cuiabá MT, ou pelo endereço eletrônico: **cams@tre-mt.jus.br**

VALMIR NASCIMENTO MILOMEM SANTOS

Coordenador de Assistência à Saúde

2. Anexo I-A

ANEXO I-A

DOS SERVIÇOS/ATIVIDADES X HORA TÉCNICA

1. Avaliar e apresentar proposta de intervenção para os problemas/dificuldade em relação as queixas ortopédicas dos servidores deste Regional; (até 10 horas técnicas por proposta)
2. Realizar sessões de ginástica laboral com os servidores, lotados na Sede do TRE-MT, em Cuiabá, 02 (duas) vezes na semana, com duração de 15 minutos cada sessão, emitindo relatório mensal da participação dos servidores (máximo 3 horas técnicas mensais por turma com no máximo 15 servidores);
 - 2.1 Fornecer material/equipamento utilizado na prática da ginástica laboral. Ex.: bastões, bolinhas, elásticos e outros;
 - 2.2. Ressalvados as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, aplicar-se-á a penalidade de multa de mora no percentual de 0,50 % (cinco décimos percentuais) por dia de atraso na realização das sessões de ginástica laboral agendadas, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 31 da Portaria nº 255/2016.
3. Realizar as sessões de ginástica laboral com os servidores lotados nos Cartórios Eleitorais de Cuiabá e Várzea Grande, 2 (duas) vezes na semana, com duração de 15 minutos, emitindo relatório mensal da participação dos servidores (máximo 3 horas técnicas mensais por turma com no máximo 15 servidores);
 - 3.1 Fornecer material/equipamento utilizado na prática da ginástica laboral. Ex.: bastões, bolinhas, elásticos e outros;
 - 3.2. Ressalvados as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, aplicar-se-á a penalidade de multa de mora no percentual de 0,50 % (cinco décimos percentuais) por dia de atraso na realização das sessões de ginástica laboral agendadas, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas no art. 31 da Portaria nº 255 /2016.
4. Realizar as sessões de ginástica laboral com os servidores lotados nos Cartórios Eleitorais do Interior possivelmente por teleatendimento, conforme legislação vigente, 2 (duas) vezes na semana, com duração de 15 minutos, emitindo relatório mensal da participação dos servidores (máximo 3 horas técnicas mensais por turma, cujas sessões serão realizadas pelo(a) profissional credenciado(a) na unidade de saúde do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso com computador disponibilizado pela contratante, ou em outro local com autorização da CAS.
5. Realizar análise ergonômica nos postos de trabalho dos servidores, relatando sua conformidade ou não com a Norma Reguladora de Ergonomia do Ministério do Trabalho (NR-17) e apresentar recomendações para adequação ergonômica das inconformidades identificadas (até 02 horas técnicas por servidor);

5.1 As inconformidades observadas deverão ser quantificadas e fotografadas, permitindo melhor avaliação dos postos de trabalho, bem como ilustrar o relatório final (laudo), de forma a ajustar o entendimento das pessoas que terão acesso ao mesmo.

6. Realizar gerenciamento ergonômico nos postos de trabalho, com orientação ergonômica/postural aos servidores, sempre que solicitado pelo Tribunal (até 02 horas técnicas por servidor);

7. Avaliar, individualmente, os servidores com ou sem queixas de dor, durante os exames periódicos, para quantificar e qualificar fatores influenciadores de possíveis doenças ocupacionais, e orientar/ encaminhar aos profissionais habilitados solicitando relatório, sempre que identificar que as atividades desempenhadas são prejudiciais à saúde do servidor; (até 02 horas técnicas por servidor);

8. Proceder às consultas para o diagnóstico e a intervenção nos casos encaminhados pela equipe de Assistência Médica do Tribunal, apresentando o parecer e relatório fundamentado; (até 08 horas técnicas por servidor);

9. Propor e executar projetos que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida do servidor; (até 10 horas técnicas)

10. Planejar, coordenar, supervisionar e/ou executar Treinamento, Programas de atualização e aperfeiçoamento dos servidores quanto à adequada postura/ergonomia; (até 10 horas técnicas)

11. Prestar orientação ergonômica aos servidores, assessoria e apoio à equipe de Assistência Médica do Tribunal, concluindo com os relatórios e demais ações necessárias à solução do caso específico apresentado; (até 12 horas técnicas)

12. Proceder com outras intervenções, tais como: palestras, reuniões, atividades em grupo nos processos que demandem continuidade, visando a prevenção de doenças ocupacionais; (até de 05 horas técnicas)

13. Executar as suas atividades de forma integrada com a equipe multiprofissional da CAS, com as demais unidades do Tribunal e com as diferentes instituições sociais, visando ao aproveitamento total e dinâmico dos recursos existentes, conforme as necessidades de sua clientela/usuários;

14. Fornecer auxílio complementar aos demais técnicos, sempre que solicitado, para a elaboração de laudos periciais, resguardadas as informações de natureza sigilosa, nos termos do Código de Ética da Profissão;

15. As atividades desenvolvidas pelo profissional credenciado deverão ser finalizadas com a entrega do laudo ergonômico/relatório conclusivo, observando-se as recomendações e atribuições constantes deste Anexo e do presente Projeto Básico;

16. Os serviços serão prestados nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, podendo ocorrer deslocamentos ao interior do Estado de Mato Grosso.

3. Anexo I-B

ANEXO I – B

MODELO DE REQUERIMENTO

**À Coordenadoria de Assistência à Saúde - CAS
do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso**

Cuiabá/MT, ____ de _____ de 2026.

Eu, _____,

() pessoa física, brasileiro(a), estado civil _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, UF _____;

ou

() pessoa jurídica, denominada _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, UF _____, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____;

vem requerer sua inscrição no Credenciamento para prestação de serviços profissionais, nos termos do Edital de Credenciamento nº ____/2026, apresentando, para tanto, a documentação exigida para fins de habilitação.

Declaro, para todos os fins de direito, estar ciente e de acordo com todas as condições, requisitos e obrigações estabelecidos no referido edital.

Comprometo-me, ainda, a fornecer ao TRE/MT quaisquer informações ou documentos complementares que venham a ser solicitados, bem como comunicar imediatamente à Coordenadoria de Assistência à Saúde - CAS qualquer alteração em meus dados cadastrais ou nas condições de habilitação.

Termos em que,
Pede deferimento.

Assinatura do Requerente ou Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

4. Anexo II

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Eu, _____, RG _____, CPF _____, Título de Eleitor _____:

DECLARO, ainda, que não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Magistrado ou de Servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, nos termos do inciso V do art. 2º da Resolução CNJ nº 07 de 2005.

Cuiabá, _____ de _____ de _____.

5. Anexo III

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Declaro estar ciente das disposições contidas na Portaria TRE-MT nº 255 de 02 de setembro de 2016, que dispõe sobre o credenciamento de profissionais autônomos para a prestação de serviços especializados nas diversas áreas de atuação do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Declaro sob as penalidades da lei que as informações prestadas são verdadeiras.

Cuiabá, _____ de _____ de _____.

6. Anexo IV

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Nome completo (legível):

CPF ou CNPJ:

Nº de Registro no Conselho Regional:

Profissão/Categoria:

DECLARA, para os devidos fins que:

1) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;

3) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, caso preencha os requisitos legais;

5) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6) tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;

7) tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;

8) concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados no termo de referência.

Cuiabá – MT, ____ de _____ de _____

Assinatura

7. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VALMIR NASCIMENTO MILOMEM SANTOS

Coordenador da CAS